

Mamata constitucional

FOLHA DE SÃO PAULO

Auc

Brasília A2

22 FEV 1988

É no mínimo inusitado. começa a se articular uma mobilização nacional entre empresários para aprovar na Constituição um calote, patrocinado pela Confederação Nacional das Micros e Pequenas Empresas (Conampe). A estratégia é simples: eles tentariam sensibilizar os constituintes para emenda do senador Mansueto de Lavor, reduzindo a dívida das micro e pequenas empresas. Mais precisamente, não incidiria correção monetária. Trata-se da popular mamata, agora revestida de fantasia constitucional.

Não chega a causar perplexidade tal iniciativa. É, na verdade, comum empresários rastejarem pelos gabinetes ministeriais à procura de dinheiro fácil — inédita é a tentativa de inserir o calote como prática constitucional. Há dias, os cafeicultores se reuniram sob a batuta da UDR e, entre ataques ao governo, denúncias de corrupção lançadas por Ronaldo Caiado, defenderam benefícios no pagamento da dívida.

A situação política anda tão deteriorada que algum gaiato é capaz de se impressionar — ou seja, criticou o governo, é "bom". Veste-se com uma roupagem sóbria propos-

tas, na verdade, indecorosas. Quem vai pagar o tal perdão não é exatamente o governo; é o contribuinte. Quem precisaria mais dinheiro, os cafeicultores ou as vítimas das enchentes do Rio? Os pequenos empresários ou os menores abandonados?

Em economia não existe nada de graça: se alguém ganhou, outro perdeu ou ganhou menos. O presidente do Movimento de Defesa do Contribuinte, Ives Gandra, preparou uma projeção que mostra o tamanho da "conta". Segundo ele, o brasileiro médio paga no mínimo 50% do que ganha aos governos municipal, estadual e federal, através dos tributos diretos e indiretos. A percentagem seria maior, segundo ele, se fosse computado o efeito da cadeia de impostos nos produtos. Um cálculo complexo: cada empresa, além de pagar seus tributos, despejados no preço, compra produtos de outras empresas que também jogam seus impostos nos preços.

Gilberto Dimenstein